

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Integrante Demandante	e-mails dos Integrantes Demandantes	Telefones dos Integrantes Demandantes
Dilma Cristina de Assis Parreiras (Núcleo de Apoio aos Projetos Institucionais)	napi@trt3.jus.br , dilmap@trt3.jus.br	(31) 3228-7011

Unidade Requisitante:	Assessoria de Projetos e Contratações Especiais
Responsável:	Elaine Petrocchi da Costa Vieira
e-mail do responsável	apce@trt3.jus.br ; elainecv@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	3228-7006

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Implementar ações relacionadas à divulgação e à sensibilização da sociedade sobre os seguintes temas: importância da saúde e da segurança no trabalho; prejuízos pessoais e sociais do trabalho infantil; benefícios do contrato de aprendizagem para a formação profissional de jovens; erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como proteção do trabalho de pessoas migrantes; respeito à equidade de raça, gênero e diversidade, além de fomentar ações de saúde e a prática de atividade física.

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho possui diversos programas e iniciativas voltadas à promoção do trabalho decente e da justiça social, no âmbito da Justiça do Trabalho. Dentre eles, sob gestão regional do TRT 3ª

Região, destacam-se: o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro; o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e o Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante.

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, instituído pelo Ato nº 422/CSJT, de 22 de setembro de 2025, visa à erradicação do trabalho infantil no Brasil e à adequada profissionalização do adolescente, atuando, de forma coordenada e articulada, com outras entidades público e privadas, incluindo sindicatos, universidades, associações e instituições de ensino, com vistas à implementação de medidas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à disseminação dos valores intrínsecos à garantia de adequada profissionalização do adolescente.

O Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, criado pela Resolução CSJT nº 367/2023, objetiva desenvolver ações permanentes voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção ao trabalho de migrantes.

O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, instituído pela Resolução CSJT nº 368/2023, afirma o compromisso contínuo da Justiça do Trabalho com a promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho.

O Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, instituído pela Resolução GP nº 164, de 15 de dezembro de 2020, tem como atribuições fomentar programas e ações vinculados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, além de promover eventos relacionados ao tema, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, em 2023, 1,6 milhão de crianças e adolescentes foram submetidos ao trabalho infantil no Brasil, sendo a maioria composta por jovens negros que vivem fora das capitais e regiões metropolitanas¹.

Entre 2012 e 2021, o Brasil registrou 22.954 mortes no mercado de trabalho formal. Em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho — um aumento de 30% em relação a 2020².

Além disso, os afastamentos por doenças ocupacionais, transtornos mentais como depressão, estresse e ansiedade, permanecem elevados.

Outrossim, a Organização Internacional do Trabalho pede mais paridade de gênero e raça em postos de trabalho, haja vista a grande diferenciação de acesso ao trabalho, rendimentos e ascensão na carreira entre homens e mulheres, negros e brancos³. Na mesma linha, referida entidade recomenda a diversidade e a inclusão como prioridade e parte da estratégia e da cultura de uma empresa⁴.

Nesse contexto, o TRT 3ª Região, buscando ampliar a reflexão da sociedade, de seus magistrados e servidores, propõe, com a união dos gestores das áreas envolvidas, uma ação que divulgue e chame atenção para essas temáticas, contribuindo para sua conscientização e, indiretamente, para a redução desses índices.

1 <https://brasil.un.org/pt-br/306936-oit-divulga-diagn%C3%B3stico-in%C3%A9dito-sobre-trabalho-infantil-no-brasil> (acesso em 24/3/2026, às 14h47).

2 <https://brasil.un.org/pt-br/178950-acidentes-de-trabalho-e-mortes-acident%C3%A1rias-voltam-crescer-no-brasil-em-2021> (acesso em 24/3/2026, às 14h51).

3 <https://news.un.org/pt/story/2006/06/1288601> (acesso em 24/3/2026, às 15h05).

4 <https://news.un.org/pt/story/2022/04/1785352> (acesso em 24/3/2026, às 15h14).

Desde 2023, este Tribunal promove a Caminhada pelo Trabalho Decente e pela Saúde, que, em 2024 e 2025, contou com expressiva participação das pessoas. Dado o sucesso, entende-se que o evento deve ser contínuo e aprimorado anualmente.

Na abertura do evento, haverá apresentação dos programas institucionais do TRT 3ª Região, suas finalidades e entidades parceiras, seguida da realização da caminhada. Serão distribuídos materiais informativos e kits com camisetas para maior visibilidade e engajamento da população, garantindo que a presença da atividade seja amplamente percebida na cidade e desperte o interesse da sociedade.

Eventos como corridas e caminhadas são amplamente populares em Belo Horizonte e em todo o país, como a Volta Internacional da Pampulha, prevista para dezembro de 2026, nesta capital. A proposta da caminhada busca atrair um público expressivo, estimular a prática de atividades físicas e promover um estilo de vida saudável.

A caminhada representa, ainda, uma oportunidade de integração social entre magistrados, servidores, terceirizados e a sociedade, destacando a importância de um ambiente de trabalho digno e seguro, da prática esportiva e da promoção de temas como: trabalho decente, prevenção de acidentes do trabalho, erradicação do trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, equidade de raça, gênero e diversidade, proteção ao trabalho do migrante e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A caminhada deve ocorrer em 13 de setembro de 2026, devendo a contratação ser finalizada até a primeira quinzena de julho de 2026.

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação proposta está alinhada ao Objetivo Estratégico 02: “Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade” e ao Objetivo Estratégico 08: “Aprendizado e Crescimento: aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira”, ambos contidos no Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Regional.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2026, item 36.

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Há previsão de custeio no planejamento orçamentário (item 36 do PCA 2026), no valor total de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), item SIGEO 151042026000001, conforme Anexo II – Planejamento Orçamentário.

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A contratação está sendo instruída pela Assessoria de Projetos e Contratações Especiais – APCE, com o auxílio do Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais – NAPI, este último como integrante demandante, e dos Comitês Gestores Regionais dos Programas Institucionais, assim como do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.

Tendo em vista que alguns componentes da solução demandam conhecimentos técnicos específicos, sugere-se a indicação de um servidor da Secretaria de Comunicação, de um servidor da Secretaria de Engenharia

e de um servidor da Secretaria de Saúde, para atuarem como integrantes técnicos.

Integrantes Administrativos:

- Izabel Nogueira de Goes (APCE)
- Hudson Luiz Guimarães (APCE)
- Andressa Aparecida Carvalho Moura (APCE)
- Dilma Cristina de Assis Parreiras (NAPI)
- Raquel Nunes de Souza Olsen (NAPI)

Integrantes Técnicos:

- Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto (SECOM)
- Pedro Jorge Albuquerque Tavares (SENG)
- Rodner Rodrigues Madureira de Almeida (SES)

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

O TRT 3ª Região tem promovido ações pela erradicação do trabalho infantil e pelo estímulo à aprendizagem, pela promoção da saúde e da segurança no trabalho, pelo enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, além da proteção ao trabalho do migrante, e pela equidade de raça, gênero e diversidade, tais como confecção e distribuição de cartilhas, parcerias com órgãos e entidades, oficinas, seminários, palestras, exposições e outros.

Em 2026, os Gestores Regionais dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, optaram pela

realização de um evento esportivo, mais especificamente uma caminhada, que tem um amplo potencial de impacto e repercussão, sendo, portanto, ideal para a divulgação da importância da saúde e segurança do trabalho e para chamar a atenção para a necessidade de prevenção a acidentes de trabalho, à erradicação do trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem, à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, à proteção ao trabalho do migrante e à equidade de raça, gênero e diversidade nas relações sociais e de trabalho, além de incentivar a prática de exercícios físicos, fundamentais para uma boa qualidade de vida.

A escolha pela realização de uma caminhada este ano também guardou amparo na intenção da Administração em criar uma tradição relativa a esse tipo de evento, que, da mesma forma, aconteceu em 2023, 2024 e 2025, sempre com o objetivo de divulgar os Programas e, assim, mobilizar e estimular a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de contribuir para a promoção da saúde do público em geral, por meio da prática do esporte. Busca-se conectar a informação à mudança de comportamento.

Nesse aspecto, deve ser realizada uma caminhada de rua, em um percurso de 3 km, nos mesmos moldes realizados nos anos anteriores, porém, com redução do público estimado para 1.000 (mil) pessoas, observado o histórico de participação efetiva apurado no evento de 2025, conforme Anexo I – Relação de Itens e Quantidades.

Assim, considera-se predeterminada a solução.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Considerando que já há solução predeterminada, os estudos técnicos preliminares buscarão identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda por meio da solução existente neste Regional, demonstrando sua viabilidade técnica e econômica e fornecendo as informações necessárias para o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

X) ASSINATURA DO DECISOR:

Assinatura:

Nome:

PATRICIA HELENA DOS REIS

Cargo:

Diretora-Geral do TRT 3ª Região